

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | 21 |
| LISTA DE TABELAS, QUADRO E GRÁFICOS | 23 |
| INTRODUÇÃO | 27 |
| CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO | 33 |
| CAPÍTULO 2: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O DIREITO FUNDAMENTAL AO CUMPRIMENTO DE PENA EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO E DIGNO | 51 |
| 2.1. O Recurso Extraordinário nº 641.230 | 53 |
| 2.1.1. O processo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) | 54 |
| 2.1.2. Os posicionamentos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul | 60 |
| 2.1.3. O julgamento do Recurso Extraordinário nº 641.320 no Supremo Tribunal Federal | 65 |
| 2.2. Outras decisões relevantes do STF relacionadas ao sistema prisional | 80 |
| 2.2.1. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347 e o Estado de Coisas Inconstitucional | 82 |
| 2.2.2. O Recurso Extraordinário nº 592.581/RS e a competência do Judiciário para determinar ao Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais | 88 |

| | |
|--|-----|
| 2.2.3. O Recurso Extraordinário nº 580.252/MS e a responsabilidade civil do Estado por danos causados a presos em decorrência da superlotação carcerária e a reparação do dano moral | 94 |
| 2.2.4. Síntese crítica das decisões recentes do STF e a relação com o Recurso Extraordinário nº 641.320 | 99 |
| 2.3. Perspectivas analíticas do Recurso Extraordinário nº 641.320.... | 103 |

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DO IMPACTO DA SÚMULA VINCULANTE Nº 56 NAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS 107

| | |
|--|-----|
| 3.1. A base de dados e os recursos metodológicos | 111 |
| 3.2. Estudo de casos: o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) | 115 |
| 3.2.1. Justificativa da escolha do TJRS e contextualização da situação prisional no Rio Grande do Sul | 115 |
| 3.2.2. A formulação da jurisprudência de base e as principais discussões jurídicas ocorridas no âmbito do TJRS | 118 |
| 3.3. Estudo de casos: o Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins (TJTO)..... | 128 |
| 3.3.1. Justificativa da escolha do Tribunal e contextualização da situação prisional do Estado de Tocantins | 128 |
| 3.3.2. A formulação da jurisprudência de base e as principais discussões jurídicas | 130 |
| 3.4. Estudo de casos: o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) | 136 |
| 3.4.1. Justificativa da escolha do Tribunal e contextualização da situação prisional do Estado do Ceará | 136 |
| 3.4.2. A formulação da jurisprudência de base e as principais discussões ocorridas no âmbito do TJCE | 139 |
| 3.5. Estudo de casos: o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) | 149 |

| | |
|--|------------|
| 3.5.1. Justificativa da escolha do Tribunal e contextualização da situação prisional do Estado de São Paulo..... | 149 |
| 3.5.2. A formulação da jurisprudência de base e as principais discussões jurídicas ocorridas no âmbito do TJSP | 152 |
| 3.6. Estudo de casos: o Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal (TJDFT)..... | 163 |
| 3.6.1. Justificativa da escolha do Tribunal e contextualização da situação prisional do Distrito Federal e Territórios.... | 163 |
| 3.6.2. A formulação da jurisprudência de base e a principal discussão jurídica ocorrida no âmbito do TJDFT..... | 165 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 173 |
| BIBLIOGRAFIA | 183 |
| ANEXO 1: INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS ESTADOS NA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELACIONADA AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 641.320. | 193 |
| ANEXO 2: TABELAS COM OS POSICIONAMENTOS DOS MAGISTRADOS QUANTO À APLICAÇÃO OU NÃO DA SÚMULA VINCULANTE Nº 56 E/OU A CONCESSÃO DE SAÍDA ANTECIPADA | 211 |